

BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ 30.822.936/0001-69

Exercício encerrado em 2018

A BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2018, em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007 e pela Lei n.º 11.941/2009) e Banco Central do Brasil (Bacen).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A EMPRESA

Fundada em 1986, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A., com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo, tem como atividades principais a administração, gestão e distribuição de fundos de investimento e carteiras administradas.

Somos líderes desde 1994 na indústria nacional de Administração e Gestão de fundos de investimento, de acordo com o Ranking da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). Contamos com uma equipe de 292 profissionais (dotação em 31.12.2018) de alto nível de qualificação e comprometimento, e estruturamos fundos de investimento destinados aos diversos segmentos de investidores.

No Ranking Global de Administração da ANBIMA de dezembro de 2018, registramos um patrimônio líquido sob administração de R\$ 941,1 bilhões e 22,50% de participação de mercado.

Na Gestão de Recursos de Terceiros, destacamo-nos como a maior gestora do país, registrando volume total de R\$ 927,4 bilhões e *market share* de 20,83%, conforme Ranking de Gestão da ANBIMA de dezembro de 2018.

Além dos recursos computados para efeito de *ranking* entre as instituições participantes do mercado, gerimos e administramos R\$ 52,5 bilhões em fundos Extramercado.

Destes dados, encerramos 2018 com um volume total de R\$ 993,6 bilhões em recursos de terceiros administrados, o que equivale a um crescimento de 2,58%, em relação primeiro semestre do ano (R\$ 968,6 bilhões).

I. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Enquanto subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., adotamos as melhores práticas de governança. Possuímos Conselho de Administração próprio, com participação de membros independentes e representante dos empregados, e nossa Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e três Diretores Executivos, todos estatutários. Possuímos, ainda, Conselho Fiscal para assegurar a fiscalização dos atos de gestão e utilizamos, por compartilhamento, a estrutura de Auditoria Interna do BB S.A.

Por decisões das Assembleias Gerais de Acionista de 27.04.2004, 26.04.2012 e 01.12.2017, aderimos aos regimes de Comitê de Auditoria Único, Comitê de Remuneração Único, Comitê de Elegibilidade para as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil e Comitê de Riscos e de Capital do Conglomerado BB, conforme facultado nas Resoluções CMN n.º 3.198/2004, CMN n.º 3.921/2010, Decreto n.º 8.942/2016 e CMN n.º 4.557/2017, respectivamente.

Adotamos o modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis, e contamos com comitês internos de instâncias deliberativas. Acreditamos que decisão colegiada, além de minimizar os riscos, possibilita a integração de diversas visões e análises sobre os temas, o que agrega valor e qualidade à decisão, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades. Dentre os comitês, destacamos a instituição do Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos, visando identificar e analisar riscos e definir ações de controle e monitoramento, o que reduz a probabilidade de que um evento negativo impacte os objetivos da BB DTVM.

Nosso compromisso com a ética, a transparência, a consistência, a equidade e a responsabilidade socioambiental, em alinhamento às políticas e práticas adotadas pelo Controlador, é reforçado por meio da adoção das boas práticas de governança e monitoramento periódico dos documentos que regulam os aspectos comportamentais a serem observados na condução dos nossos negócios e atividades, incluindo as políticas da empresa.

Aderimos, em 27.10.2016, ao Código Amec de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – *Stewardship*, reforçando o compromisso da BB DTVM com a Governança Corporativa dos Fundos. Esse Código pode ser considerado um código de melhores práticas para Investidores Institucionais e tem como objetivo incentivar a maior diligência nas questões qualitativas das empresas investidas, bem como dar mais transparência a esse processo.

Em 2018, aprovamos a Estratégia Corporativa da BB Gestão de Recursos DTVM S.A. para o período 2019-2023, alinhada à Estratégia Corporativa do Banco do Brasil. A Estratégia Corporativa representa as diretrizes que implementaremos, enfatizando sempre o Propósito de “prover soluções em investimentos, gerando valor às pessoas”.

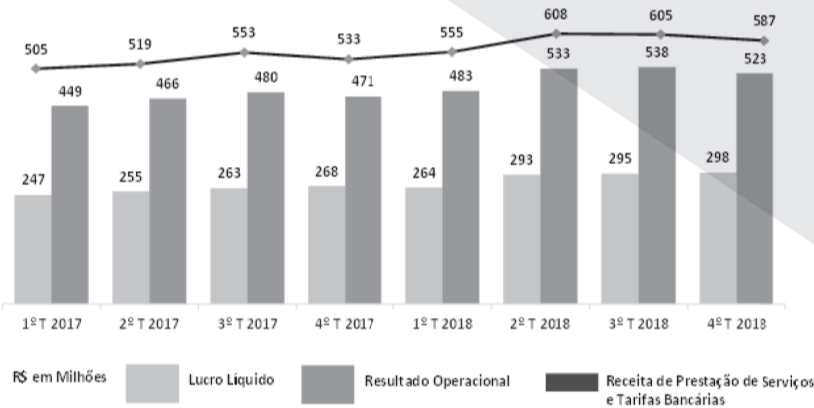
Alingamos a nota máxima no Indicador de Governança IG-Sest, atestando o Nível 1 de qualidade de governança da empresa em um universo de 47 empresas estatais de controle direto da União. Em 2018, também obtivemos o percentual de 94% no Índice Integrado de Governança e Gestão (iGG) do Tribunal de Contas da União (TCU), o que nos posiciona no estágio “aprimorado” de Grau de Maturidade da Prática de Governança, estágio atingido por menos de 45 empresas num total de 498 órgãos e entidades avaliados.

Em atendimento ao disposto nas Leis 12.846/13 “Lei Anticorrupção Brasileira” e 13.303/16 “Lei das Estatais”, fortalecemos a governança da BB DTVM. No primeiro semestre de 2018, foram aprovados pelo Conselho de Administração: (i) o Programa de Integridade, (ii) a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, (iii) as Políticas Específicas de Divulgações de Informações, Governança Corporativa, Participações Societárias, Remuneração do Acionista e Transações com Partes Relacionadas e (iv) Adesão ao Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Brasil S.A.

II. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Encerramos o ano de 2018 com lucro líquido de R\$ 1.150,6 milhões, resultado 11,4% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. O nosso resultado operacional, antes do efeito do Imposto de Renda e CSLL, foi de R\$ 2.077 milhões, contra R\$ 1.865,5 milhões no ano anterior, com incremento de 11,3%.

O lucro líquido corresponde à soma dos resultados operacional e não operacional da empresa, após o desconto de impostos e participações nos lucros. O resultado operacional representa aquilo que a empresa lucrrou com suas atividades de intermediação financeira, já deduzidas as despesas tributárias, administrativas e outras despesas operacionais.



As nossas receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias totalizaram R\$ 2.354,7 milhões, contra R\$ 2.110,5 milhões no ano anterior, cujo aumento de 11,6% deveu-se ao incremento em nosso patrimônio líquido administrado (recursos de terceiros administrados), e também à variação do valor dos ativos componentes dos fundos de investimento e carteiras.

As despesas operacionais da empresa envolvem gastos com a manutenção de sua estrutura administrativa, a remuneração dos funcionários, entre outros dispêndios relacionados às suas operações.

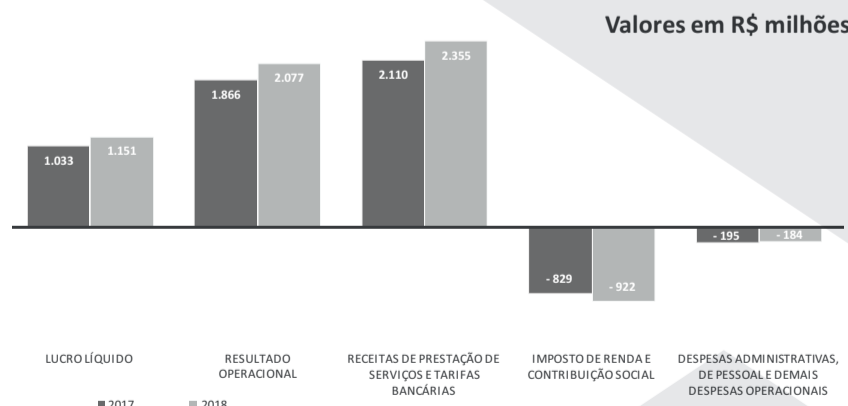
A redução das nossas despesas administrativas e operacionais, na ordem de R\$ 10,5 milhões em 2018, um decréscimo de 5,4% em relação a 2017, foi decorrente, principalmente, da redução das nossas despesas com serviços de custódia e controladoria, ocorrida ao longo do exercício. Com relação às nossas despesas de pessoal, houve um acréscimo de 7% em relação ao ano de 2017, em razão do incremento salarial decorrente da negociação coletiva ocorrida em setembro/2018.

No gráfico a seguir, temos a composição de nossas despesas operacionais:



O declínio das nossas despesas administrativas e operacionais e a evolução das nossas receitas resultou numa melhora do índice de eficiência, traduzido na relação entre as despesas de pessoal e outras despesas administrativas, e as receitas operacionais, deduzidas das outras despesas operacionais, passando de 7,10% em 2017 para 5,95% em igual período de 2018.

O gráfico abaixo apresenta os principais componentes do resultado do biênio 2017/2018:



A BB DTVM possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos contabilizados em 31.12.2018 como “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em conformidade com a Circular Bacen n.º 3.068/2001.

III. AÇÕES ESTRATÉGICAS

Entre os acontecimentos relevantes que marcaram o 2º semestre de 2018, destacamos:

- Realizamos as ações de capacitação e apoio à força de vendas do Banco do Brasil S.A., com a difusão de conhecimento sobre o produto Fundo de Investimento, resultando em incremento de captação em diversos segmentos;
 - Investimos continuamente em ações de Desenvolvimento de Competências e Gestão do Conhecimento dos funcionários, proporcionando ações educacionais que contribuem para aumentar a competitividade no mercado e obter os melhores resultados para a empresa. Em 2018, profissionais de diferentes níveis hierárquicos e funções participaram de um total de 28.805 horas de treinamento. Contamos com 232 profissionais certificados em CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA – Série 20); 48 profissionais certificados em CGA (Certificação de Gestores ANBIMA), além de 30 profissionais com isenção nessa certificação; 26 profissionais certificados em CFP (*Certified Financial Planner*); 18 profissionais certificados em CEA (Certificação de Especialista em Investimentos Anbima) e 1 funcionário certificado em CFA (*Chartered Financial Analyst*);
 - Participamos ativamente de eventos destinados, preponderantemente, aos segmentos RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social) e EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos e oferecer cada vez mais soluções adequadas às suas necessidades e expectativas;
 - Realizamos eventos exclusivos com clientes de diversos segmentos com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos, criar uma experiência positiva e agradável para estes clientes e oferecer soluções em fundos de investimento adequadas às suas necessidades e expectativas.
- Premiações:**
- Ranking Melhor Banco para Investir** – Site FGV – 1º Colocado na Categoria Varejo Seletivo, 2º Colocado em Fundos Multimercado e 3º Colocado em Fundos de Ações;
 - Ranking Melhores Fundos para Institucionais** – Revista Investidor Institucional (Edição 301 – março/2018) – 14 fundos considerados excelentes e 13 fundos considerados adequados;
 - Ranking TOP Asset – Revista Investidor Institucional** (Edição 302 – abril/2017) – Maior Gestor no Ranking Geral e nas categorias Recursos Provenientes de Fundos de Pensão, e Gov/Fdos Governamentais, Previdência Aberta, Varejo, Capitalização, Fundos Exclusivos e FIDCS;
 - Ranking Finanças Mais** – O Estado de São Paulo – Anuário Empresas Mais (O Estado de São Paulo – Junho/2018) – 3º colocado na categoria Distribuidoras;

- Ranking Melhores Fundos para Institucionais** – Revista Investidor Institucional (Edição 306 – agosto/2018) – 12 fundos considerados excelentes e 19 fundos considerados adequados;
- Ranking TOP Asset** – Revista Investidor Institucional (Edição 308 – outubro/2017) – Maior Gestor no Ranking Geral e nas categorias Fundos de Pensão, Recursos de Governo e Recursos de Varejo;
- Ranking Guia Exame de Fundos** – Revista Exame (Edição 1175 de 12/12/2018) – Melhor Gestor de Fundos Renda Fixa; 2º Melhor Gestor de fundos Varejo Seletivo; 3º Melhor Gestor nas categorias Fundos de Ações, Multimercado, Fundos para Varejo e Fundos para Atacado.

Certificações:

- Desde 2006, possuímos o grau máximo de qualidade, MQ1, atribuído pela agência classificadora de risco *Moody's* América Latina. Em 2018, a *Moody's* revalidou que temos práticas e procedimentos de gestão de risco e controle excelentes, tanto no nível dos fundos como no nível da companhia. Ainda segundo a *Moody's*, o desempenho dos fundos de investimento geridos por nós tem sido sólido e os fundos tiveram forte retorno ajustado ao risco e têm atingido seus objetivos de risco e retorno de uma maneira consistente. Consideramos nossa infraestrutura de investimentos excelente, com gestão de portfólio em tempo real, controle de riscos, sistemas de *compliance*, estrutura organizacional com segregação bem definida de funções e a atribuição apropriada de responsabilidades e de linhas de reporte;
- Em 2018, a *Fitch Ratings* reafirmou a nota “Excelente”, considerada máxima em uma escala de 5 níveis, atestando que a estrutura operacional e a capacidade de nossa gestão de ativos são consideradas robustas, comparadas às melhores práticas adotadas pelos gestores de recursos internacionais. Destacamos ainda a forte capacidade de geração de receitas e a alta qualificação e experiência dos profissionais.
- Desde 2012, o nosso processo de análise de risco de crédito possui a “Certificação Internacional ISO 9001” para seu Sistema de Gestão da Qualidade, um dos mais renomados títulos em qualidade de serviços. A certificação foi renovada em 2018, pela Fundação Vanzolini, com migração para a norma ISO 9001:2015.

Novos Produtos:

- No segundo semestre de 2018, lançamos 42 fundos: 19 para o segmento Private, 12 para o segmento EAPC (Entidades Abertas de Previdência Complementar); 5 para Corporate; 4 para Varejo Alta Renda e 2 para Varejo;
- Destacamos, entre os lançamentos de novos fundos realizados neste semestre, três fundos espelho para o Varejo Alta Renda, que possibilitaram o acesso a estratégias de gestores externos para os clientes desse segmento e encerraram o ano somando um patrimônio total de R\$ 149,0 milhões;
- Cabe destacar, também, a criação de três fundos de ações, para os segmentos Private, Varejo e clientes Institucionais, cujo foco é investir em ações que promovam a equidade de gênero e a ampliação da participação feminina em cargos de liderança, signatárias do *Women's Empowerment Principals* - WEP, uma iniciativa da ONU Mulheres. Juntos, esses fundos encerraram o ano de 2018 com patrimônio líquido total de R\$ 136,7 milhões;
- Para o segmento Corporate, foram lançados cinco novos fundos exclusivos, que somaram R\$ 3,2 bilhões de patrimônio líquido, no ano.

IV. SUSTENTABILIDADE

Alinhados aos princípios de responsabilidade social e ambiental adotados pelo Banco do Brasil, desde novembro de 2010 somos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa de investidores globais apoiada pelas Nações Unidas.

Participamos do grupo de engajamento da rede brasileira do PRI, iniciativa que busca uma mudança no comportamento das empresas nas quais investe, a fim de melhorar a transparência sobre esses temas. Além disso, desde outubro de 2015, participamos do Grupo de Trabalho Sustentabilidade da Anbima, criado para promover as práticas de desenvolvimento sustentável, compartilhar conhecimento, projetos, estudos e posicionamentos sobre sustentabilidade e economia verde.

Em outubro de 2016, aderimos ao Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais - *Stewardship*, uma iniciativa da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC), que tem como objetivo iniciar um processo de mudança de cultura de gestão e propriedade de valores mobiliários ao longo do tempo, promovendo a adoção de boas práticas de governança corporativa.

Reconhecemos os padrões de Melhores Práticas de Governança como forma de melhoria do ambiente de negócios e geração de valor de longo prazo para as companhias e todas as suas partes interessadas em nosso processo de avaliação de investimentos. Assim, em nossos processos de avaliação dos ativos investidos pelos Veículos de Investimento, buscamos uma combinação de retornos financeiros com a governança corporativa, de acordo com princípios de ESG (*Environmental, Social and Governance*).

Quanto ao Exercício de Direito de Voto em Assembleias pelos Veículos de Investimento, seguimos as práticas definidas pelo Código da Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, no que tange à avaliação das matérias relevantes obrigatórias. Em alguns casos, de forma excepcional e sempre no interesse do cotista, avaliamos itens considerados como não obrigatórios, como, por exemplo, remuneração dos administradores.

Possuímos, também, metodologia própria para a habilitação dos candidatos indicados aos Conselhos de Administração e Fiscal, influenciando ativamente na melhoria de governança das companhias investidas pelos Veículos de Investimento.

Em atendimento à Resolução CMN n.º 4.327, em junho de 2015, aderimos à Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil. Assinamos a Declaração do Investidor em apoio ao relatório “Dever Fiduciário do Século XXI”, iniciativa do PRI, em conjunto com a UNEP FI e o *The Generation Foundation*. A Declaração do Investidor tem como objetivo convidar os formuladores de políticas internacionais e os governos nacionais a esclarecer as obrigações e deveres dos investidores e outras organizações no sistema de investimento. Solicita, especificamente, que os governos expliquem que os investidores e outras organizações do sistema de investimento devem atuar com a devida cautela, habilidade e diligência, agir de boa-fé no interesse dos seus beneficiários e clientes, e levar em conta as questões ambientais, sociais e de governança nos seus processos de investimento e no seu envolvimento com as empresas e emissores nos quais investem.

Também em 2016, a BB DTVM promoveu uma revisão na metodologia de incorporação de aspectos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa) em suas análises em função das diferentes necessidades das áreas de crédito e de ações. A metodologia desenvolvida está dividida em dois grandes grupos: indicadores gerais e indicadores específicos. Os indicadores gerais foram segmentados em quatro pilares distintos englobando questões relacionadas à estrutura de governança, aspectos sociais, ambientais e o posicionamento da empresa com relação aos índices de sustentabilidade, assim como seu alinhamento ao padrão GRI. Já os indicadores específicos, foram definidos de acordo com as necessidades de cada área.

Ao término de 2017, a metodologia foi novamente revisada a fim de que o resultado da análise passasse a influenciar diretamente nas decisões de limite de crédito de Dívida Corporativa. Assim, todos os limites de emissores corporativos já são impactados da análise ASG.

Atualmente, administramos oito fundos de investimento com características ASG.

O BB Referenciado DI Social 50 destina 50% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, que utiliza os referidos recursos em ações sociais.

O fundo BB Multimercado Global *Acqua LP Private* prioriza em sua carteira de ativos empresas que tratem ou beneficiem a água em seu processo produtivo.

O BB Previdenciário Ações Governança busca acompanhar a carteira teórica do IGC - Índice composto por ações de empresas reconhecidas por boas práticas de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 da B3.

Os fundos BB Ações Equidade Private e BB Ações Equidade buscam agregar na construção da estratégia de investimento a temática da equidade de gênero, utilizando como critério de elegibilidade a adesão das empresas ao WEP da ONU, além da análise que leva em consideração as dimensões ambiental, social e de governança, além de critérios de equidade, como a participação de mulheres em cargos de gerência, executivos e no conselho de Administração.

O BB Multimercado VITA *Private* traz para a estratégia de gestão da carteira as temáticas de longevidade e qualidade de vida.

O BB Ações ISE Jovem, com carteira composta por empresas que evidenciam as questões sociais e ambientais em suas práticas administrativas e negociais, destinando 20% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, cujos recursos são direcionados exclusivamente para as ações do “Programa Água Brasil”, em parceria com o Banco do Brasil, a WWF-Brasil e a Agência Nacional de Águas – ANA.

O BB Ações Carbono Sustentabilidade acompanha o Índice Carbono Eficiente (ICO2), índice este criado pelo BNDES e pela B3, composto por ações das companhias participantes do IBRX-50 que adotam práticas transparentes com relação às suas emissões de Gases Efeito Estufa.

A tabela abaixo detalha a posição dos recursos administrados nesses fundos:

Fundos Socioambientais PL (R\$ milhões)			
Fundo	31.12.2018	29.12.2017	
BB Referenciado DI Social 50	643,0	754,9	
BB Multi Global <i>Acqua LP Private</i> FI	258,6	385,3	
BB MM LP Global Vita Private FI	139,8	156,2	
BB Previdenciário Ações Governança	360,1	218,5	
BB Ações ISE Jovem FIC	9,2	8,7	
BB Ações Carbono Sustentabilidade FIA	3,9	4,1	
BB Ações Equidade FIC	8,7	-	
BB Ações Equidade Private FIC	128,0	-	
Total	1.551,3	1.527,8	

Fonte: CVM - Comissão de Valores Mobiliários

V. GESTÃO DE RISCOS

A BB DTVM conta com estrutura própria para gestão dos riscos – mercado, liquidez, crédito, operacional, estratégia, reputação e segurança da informação – inerente aos seus produtos e serviços.

Risco de Mercado

Utilizamos, como métrica padrão, a metodologia de Valor em Risco (*Value at Risk* ou *VaR*) por Simulação Histórica, para quantificar o montante de perda a que a carteira ou fundo está exposto. O monitoramento do risco das carteiras e dos fundos é diário e os cálculos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento.

Em complemento, também são disponibilizados, diariamente, Testes de Estresse, em cenários históricos ou prospectivos. De acordo com as características dos fundos podem ser utilizadas métricas adicionais como *Tracking Error*, *Duration*, *Orçamento de VaR*, etc.

Risco de Liquidez

Os cálculos de risco de liquidez de ativos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento que possam ser avaliados, do ponto de vista de liquidez, por meio de séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimativa consistente de seus históricos diários de negociação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a liquidez é considerada nula ou inexistente.

Para a gestão do risco de liquidez do passivo utilizamos a métrica de *LVaR*. Referida métrica, similar ao *VaR* (*Value at Risk*), estima uma probabilidade de resgate líquido, de um dia para o outro, a partir de uma série histórica móvel e de um intervalo de confiança definidos e aprovados no Comitê de Riscos.

Risco de Crédito

Todas as aquisições de títulos de renda fixa e operações estruturadas são avaliadas pela nossa equipe de Análise de Crédito, constituída por corpo técnico sênior com grande experiência e qualificação, que avalia, propõe e acompanha a exposição ao risco de crédito de emissores e emissores mediante análise técnica individualizada, com metodologia e métricas segregadas das demais empresas do Conglomerado BB.

As políticas de análise e estabelecimento de limites encontram-se formalizadas em manual interno de Gestão de Risco de Crédito, aprovado pela nossa Diretoria Executiva, integralmente aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento (“Código de Fundos”). Todas as análises são submetidas ao Comitê de Crédito e Governança dos Fundos, órgão colegiado formado por seis executivos, conforme alçadas. Por regimento, as decisões de comitês são tomadas por unanimidade.

A decisão de alocação é feita pelos nossos gestores de fundos e carteiras, considerando-se a maximização do risco x retorno e a classificação de crédito atribuída e sua adequação às políticas e estratégias de cada fundo. Uma vez adquiridos, os ativos passam a ter acompanhamento constante e com revisão de limites periódica.

Para a gestão do risco de crédito do portfólio utilizamos a métrica Grau de Especificidade de Ativos (GEA), que incorpora os fatores de risco prazo, Índice de *Herfindahl-Hirschman* (IHH), rating e participação no patrimônio líquido do fundo, visando capturar possíveis impactos no curso natural da qualidade de crédito que se busca atender.

A mensuração do Risco de Crédito é realizada considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes nas carteiras de crédito dos fundos de investimento que possam ser avaliados, que possibilitem a manutenção consistente de seus históricos mensais de avaliação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a métrica de cálculo do Risco de Crédito considera nula ou inexistente sua participação no resultado da mensuração.

A avaliação qualitativa do risco de crédito em condições de estresse, para os ativos do fundo, é realizada mediante aplicação de parâmetros de choque definidos sobre o rating dos instrumentos do emissor mais concentrado, os quais refletem situações de redução da qualidade de sua classificação de risco.

Riscos Corporativos

Estruturamos o gerenciamento do Risco Operacional com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o mesmo, adotando estrutura de governança e gestão do risco compatível com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

Gerimos o Risco de Segurança da Informação, estabelecendo diretrizes que objetivam assegurar aos processos, produtos e serviços desenvolvidos na organização, controles eficazes na preservação dos atributos da segurança da informação nas etapas do ciclo PDCA do Sistema de Gestão da Segurança da Informação – SSGSI.

Gerimos os Riscos de Estratégia e de Reputação na BB DTVM utilizando a abordagem por indicadores. Essa abordagem reflete o nível de risco incorrido pela empresa em cada uma das suas dimensões e está alinhada ao Planejamento Estratégico e ao Plano Diretor da companhia. Os indicadores de controle possuem limites para monitorarmos seu cumprimento e assegurarmos o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

Os Riscos Corporativos são reportados aos Comitês de Gestão de Riscos e Controles Internos da BB DTVM e ao Conselho de Administração da empresa.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança do acionista, dos clientes e da sociedade.

BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ 30.822.936/0001-69

Exercício encerrado em 2018

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		1.760.651	1.600.610
Disponibilidades	4	1.991	2.133
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.363.154	1.227.188
Aplicações no mercado aberto	5.a	1.363.154	1.227.188
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		24.270	20.725
Carteira própria	6.a	24.270	20.725
Outros Créditos		370.951	350.186
Rendas a receber	7.a	27.316	28.074
Negociação e intermediação de valores	7.b	226.634	205.121
Diversos	7.c	117.165	117.155
(Provisão para outros créditos)	7.d	(164)	(164)
Outros Valores e Bens		285	378
Despesas antecipadas		285	378
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		7.733	7.264
Outros Créditos		7.733	7.264
Diversos	7.c	8.468	8.004
(Provisão para outros créditos)	7.d	(735)	(740)
PERMANENTE		39.637	33.794
Investimentos	8	39.637	33.794
Outros investimentos		46.575	39.377
(Provisão para perdas)		(6.938)	(5.583)
TOTAL DO ATIVO		1.808.021	1.641.668

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		1.675.324	1.509.304
Outras Obrigações		1.675.324	1.509.304
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.514	7.383
Sociais e estatutárias	9.a	594.055	530.889
Fiscais e previdenciárias	9.b	827.865	745.213
Negociação e intermediação de valores	9.c	227.038	205.255
Diversas	9.d	18.852	20.564
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		905	726
Outras Obrigações		905	726
Sociais e estatutárias	9.a	905	726
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		131.792	131.638
Capital		109.699	109.699
De domiciliados no País	12.a	109.699	109.699
Reserva de Capital	12.b	1.224	979
Reserva de Lucros	12.b	21.939	21.939
Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.d	154	--
(Ações em Tesouraria)	12.e	(1.224)	(979)
TOTAL DO PASSIVO		1.808.021	1.641.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		35.381	58.840	75.151
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	35.381	58.840	75.151
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(6)	5	36
Constituição/Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(6)	5	36
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		35.375	58.845	75.187
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		1.025.427	2.018.180	1.790.354
Receitas de prestação de serviços	10.a	847.067	1.674.538	1.493.068
Rendas de tarifas bancárias	10.b	345.310	680.200	617.389
Despesas de pessoal	10.c	(49.973)	(95.970)	(89.707)
Outras despesas administrativas	10.d	(18.433)	(45.672)	(64.027)
Despesas tributárias	12.c	(82.249)	(160.995)	(144.854)
Outras receitas operacionais	10.e	5.466	8.699	19.599
Outras despesas operacionais	10.f	(21.761)	(42.620)	(41.114)
RESULTADO OPERACIONAL		1.060.802	2.077.025	1.865.541
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(1.300)	(1.300)	(1.500)
Despesas não operacionais	11	(1.300)	(1.300)	(1.500)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		1.059.502	2.075.725	1.864.041
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(465.432)	(922.490)	(829.339)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.a	(465.029)	(922.895)	(828.797)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(403)	405	(542)
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO		(920)	(2.674)	(1.635)
LUCRO LÍQUIDO		593.150	1.150.561	1.033.067
LUCRO POR AÇÃO				
Número de ações		100.000.000	100.000.000	100.000.000
Lucro líquido por ação (R\$)		5,93	11,51	10,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.059.502	2.075.725	1.864.041
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.144	3.158	510
Reforço (Reversão) de provisões operacionais	6	(5)	(36)
Reversão de provisões operacionais - RVA	--	--	(717)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	1.355	1.355	767
Reforço (Reversão) de provisões fiscais, civis e trabalhistas	(1.517)	508	(1.004)
Perdas em ações e cotas	1.300	1.300	1.500
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.060.646	2.078.883	1.864.551
Variações Patrimoniais	(46.424)	(810.120)	(720.988)
(Aumento) Redução em títulos para negociação	18.605	20.725	(20.725)
(Aumento) Redução em outros créditos	48.348	(20.823)	(156.798)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(35)	93	16
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(60.258)	(806.134)	(645.666)
Aumento (Redução) de outras obrigações	(53.084)	(3.981)	102.185
CAIXA GERADO PELA OPERAÇÃO	1.014.222	1.268.763	1.143.563
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Baixa/Alienação de títulos disponíveis para venda	(9.103)	(24.116)	30
Baixa/Alienação de títulos mantidos até o vencimento	--	--	6.657
Aquisição de investimentos	(8.498)	(8.498)	(9.094)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(17.601)	(32.614)	(2.407)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	(563.481)	(1.100.325)	(939.520)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(563.481)	(1.100.325)	(939.520)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	433.140	135.824	201.636
Início do período	932.005	1.229.321	1.027.685
Fim do período	1.365.145	1.365.145	1.229.321
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	433.140	135.824	201.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2016		109.699	1.104	21.939	(9)	(1.104)	--	131.629
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	12.d	--	--	--	9	--	--	9
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	(125)	--	--	125	--	--
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	1.033.067	1.033.067
Destinações: - Dividendos (R\$ 10.330,67 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(1.033.067)	(1.033.067)
Saldos em 31.12.2017		109.699	979	21.939	--	(979)	--	131.638
Mutações do exercício		--	(125)	--	9	125	--	9
Saldos em 30.06.2018		109.699	1.224	21.939	17	(1.224)	--	131.655
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	12.d	--	--	--	137	--	--	137
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	593.150	593.150
Destinações: - Dividendos (R\$ 5.931,50 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(593.150)	(593.150)
Saldos em 31.12.2018		109.699	1.224	21.939	154	(1.224)	--	131.792
Mutações do período		--	--	--	137	--	--	137
Saldos em 31.12.2017		109.699	979	21.939	--	(979)	--	131.638
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	12.d	--	--	--	154	--	--	154
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	245	--	--	(245)	--	--
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	1.150.561	1.150.561
Destinações: - Dividendos (R\$ 11.505,61 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(1.150.561)	(1.150.561)
Saldos em 31.12.2018		109.699	1.224	21.939	154	(1.224)	--	131.792
Mutações do exercício		--	245	--	154	(245)	--	154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1 - A BB DTVM E SUAS OPERAÇÕES

A BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM ou Instituição) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 1986, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações e sua matriz está localizada na Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Tem por objeto a prática de operações inerentes a compra e venda de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, operações de conta margem, bem como outras atividades pertinentes a empresas da espécie, autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e civis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB DTVM, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

A BB DTVM aplicou o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que não é conflitante com as normas do Bacen.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21.02.2019.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela BB DTVM são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas - posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários (Nota 6) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da BB DTVM, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB DTVM tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo por títulos e valores mobiliários.

BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ 30.822.936/0001-69

Exercício encerrado em 2018

e) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos foram constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado (Nota 7.d).

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários - Nota 13.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Despesas Antecipadas

Referem-se a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB DTVM ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 8).

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB DTVM avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB DTVM estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB DTVM elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, reconhecida na Demonstração do Resultado, em Outras Despesas Operacionais.

Com a finalidade de aderência ao teste de imparidade, a BB DTVM elaborou metodologia específica para a aplicação nos certificados de investimento audiovisuais (CAV). Tal metodologia foi elaborada internamente principalmente em razão da ausência de referências no mercado e tem, como foco central, o ciclo de vida dos certificados e os possíveis benefícios por eles gerados.

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 16).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB DTVM é o Real (R\$).

l) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB DTVM adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Banco do Brasil.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades	1.991	2.133
Depósitos bancários	1.991	2.133
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	1.363.154	1.227.188
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	1.363.154	1.227.188
Total	1.365.145	1.229.321

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2018	31.12.2017
Aplicações no Mercado Aberto		
Revendas a Liquidar – posição bancada	1.363.154	1.227.188
Letras Financeiras do Tesouro	1.173.140	1.227.188
Notas do Tesouro Nacional	190.014	--
Total	1.363.154	1.227.188
Ativo circulante	1.363.154	1.227.188

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Rendas de Aplicações Compromissadas	34.351	59.930	81.088
Posição bancada	34.351	59.930	81.088
Total	34.351	59.930	81.088

6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Vencimento em Dias	31.12.2018					31.12.2017		
	Valor de Mercado		Total		Marcação a Mercado	Total		Marcação a Mercado
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado		Valor de Custo	Valor de Mercado	
Títulos para Negociação	--	--	--	--	--	20.000	20.725	725
Títulos Privados	--	--	--	--	--	20.000	20.725	725
Cotas de fundos de investimento	--	--	--	--	--	20.000	20.725	725
Títulos Disponíveis para Venda	24.270	--	24.000	24.270	270	--	--	--
Títulos Privados	24.270	--	24.000	24.270	270	--	--	--
Cotas de fundos de investimento	24.270	--	24.000	24.270	270	--	--	--
Total	24.270	--	24.000	24.270	270	20.000	20.725	725

Vencimento em Dias	31.12.2018					31.12.2017		
	Valor de Mercado		Total		Marcação a Mercado	Total		Marcação a Mercado
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado		Valor de Custo	Valor de Mercado	
Por Carteira	24.270	--	24.000	24.270	270	20.000	20.725	725
Carteira própria	24.270	--	24.000	24.270	270	20.000	20.725	725

Vencimento em Anos	31.12.2018				31.12.2017			
	Valor de Mercado		Total		Valor de Mercado		Total	
	Sem Vencimento	A vencer após 10 anos	Valor de Custo	Valor de Mercado	Sem Vencimento	A vencer após 10 anos	Valor de Custo	Valor de Mercado
Por Categoria	24.270	--	24.000	24.270	20.725	--	20.000	20.725
Títulos para negociação	--	--	--	--	20.725	--	20.000	20.725
Títulos disponíveis para venda	24.270	--	24.000	24.270	--	--	--	--

	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor Contábil		Total	Valor Contábil		Total
	Circulante	Longo Prazo		Circulante	Longo Prazo	
Por Carteira	24.270	--	24.270	20.725	--	20.725
Carteira própria	24.270	--	24.270	20.725	--	20.725

Saldo contábil da carteira, considerando a marcação a mercado:

	31.12.2018	31.12.2017
Total por Categoria	24.270	100%
Títulos para negociação	--	--
Títulos disponíveis para venda	24.270	100%

Os investimentos em cotas de fundos de investimento estão representados pelos seguintes fundos:

Nome do Fundo	Administrador	31.12.2018		31.12.2017	
		Quantidade de Cotas	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos para Negociação					
BB DTVM Ações Saúde e Bem Estar Distribuição FICFI	BB DTVM	--	--	--	10.493
BB DTVM MM Multiestratégia LP DISTR FICFI	BB DTVM	--	--	--	10.232
Total					20.725
Títulos Disponíveis para Venda					
BB Previdenciário Ações Valor FICFI	BB DTVM	5.000.000	5.000	5.302	--
BB Espelho MM Gávea Macro Estilo	BB DTVM	3.000.000	3.000	2.960	--
BB Espelho MM Bahia AM Marau Estilo	BB DTVM	3.000.000	3.000	3.071	--
BB Espelho MM SPX Nimitz Estilo	BB DTVM	3.000.000	3.000	2.905	--
BB RF LP Crédito Privado Estilo	BB DTVM	10.000.000	10.000	10.032	--
Total		24.000.000	24.000	24.270	--
Títulos Mantidos até o Vencimento					
FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura ⁽¹⁾	BB DTVM	5.742	--	--	--
Total		5.742	--	--	--

(1) FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura teve o saldo integralmente desvalorizado em 30.09.2017.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	34.351	59.930	81.088
Aplicações em fundos de investimento	1.030	(1.090)	(5.937)
Total	35.381	58.840	75.151

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários em 31.12.2018 e 31.12.2017.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31.12.2018 e 31.12.2017.

e) Determinação do Valor Justo

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001. A apuração do valor justo dos títulos é dada com base nas taxas cotadas junto ao mercado.

f) Valor dos Ativos e Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo, por nível de hierarquia

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela Instituição são as seguintes:

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente identificados, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Instituição estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

	31.12.2018			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	24.270	--	24.270	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	24.270	--	24.270	--

	31.12.2017			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	20.725	--	20.725	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	20.725	--	20.725	--

7 - OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a Receber

	31.12.2018	31.12.2017
Taxa de administração mensal de fundos	10.251	5.639
Taxa de administração diária de fundos	8.456	7.793
Bônus de performance	4.393	5.607
Taxa de administração de carteiras	1.674	1.687
Distribuição de cotas	1.371	695
Taxa de administração de fundos - outros bancos	1.062	6.507
Taxa de administração de fundos offshore	109	146
Total	27.316	28.074
Ativo circulante	27.316	28.074

b) Negociação e Intermediação de Valores

	31.12.2018	31.12.2017
Devedores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	226.634	205.121
Total	226.634	205.121

Ativo circulante 226.634 205.121

(1) Incluem saldos devedores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

c) Diversos

	31.12.2018	31.12.2017
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾ (Nota 16.d)	59.412	56.734
Impostos e contribuições a compensar ⁽²⁾	43.366	41.989
Valores a receber de sociedades ligadas	12.846	13.280
Ativo fiscal diferido – crédito tributário (Nota 13.d)	7.633	7.170
Devedores diversos – País	1.542	5.152
Opções por incentivos fiscais	834	834
Total	125.633	125.159

Ativo circulante 117.165 117.155

Ativo realizável a longo prazo 8.468 8.004

(1) Os valores de devedores por depósitos em garantia (depósitos judiciais para interposição de recursos fiscais) referem-se, principalmente, a procedimentos relacionados às ações anulatórias de débitos fiscais de ISSQN e IRPJ.

(2) Inclui o valor de R\$ 23.463 mil (R\$ 21.406 mil em 31.12.2017) referente à ativação de imposto de renda (débito tributário do ILL), decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo reconhecido indevidamente.

d) Movimentação da Provisão para Outros Créditos sem Característica de Concessão de Crédito

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo Inicial	(893)	(904)	(940)
Reforço/Reversão	(6)	5	36
Saldo Final ⁽¹⁾	(899)	(899)	(904)
Ativo circulante	(164)	(164)	(164)
Ativo realizável a longo prazo	(735)	(735)	(740)

(1) Provisão constituída, principalmente, em função da desvalorização das cotas de investimentos oriundos de incentivos fiscais Finam e Finor - R\$ 735 mil (R\$ 740 mil em 31.12.2017), de acordo com as cotações divulgadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, para o Finor, e pelo Banco da Amazônia S.A. - Basa, para o Finam.

8 - INVESTIMENTOS

	31.12.2018	31.12.2017
Certificados de investimento	44.556	37.358
Ações e cotas ⁽¹⁾	2.000	2.000
Participações de capital por incentivos fiscais	19	19
Subtotal	46.575	39.377
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	(6.938)	(5.583)
Total	39.637	33.794

(1) Refere-se a aquisição de 20.000 cotas do Fundo de Investimento Liquidez Câmara BM&F Bovespa Multimercado (FILCB).

BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ 30.822.936/0001-69

Exercício encerrado em 2018

e) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Devedores por depósitos em garantia	1.333	2.678	3.912
Reversão/Baixa de provisões para contingências (Nota 16.b)	2.147	2.477	2.656
Indébito tributário - ILL ⁽¹⁾	894	2.057	2.055
Reversão de provisões para ajustes a valor recuperável - CPC 01	1.040	1.040	1.200
Reversão de provisões operacionais - RVA	--	--	717
Taxa contratual de resgates antecipados	--	--	7.859
Outras	52	447	1.200
Total	5.466	8.699	19.599

(1) Refere-se à atualização monetária de receita de recuperação de despesa de imposto de renda (indébito tributário - ILL) decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

f) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Banco do Brasil - suporte operacional	(10.606)	(21.369)	(18.283)
Variações monetárias passivas ⁽¹⁾	(6.233)	(12.914)	(15.858)
Provisão para contingências (Nota 16.b)	(631)	(2.985)	(1.652)
Provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01	(2.395)	(2.395)	(1.967)
Patrocínio à cultura	(1.450)	(2.100)	(2.500)
Contribuições a entidades de classe	(289)	(606)	(583)
Outras	(157)	(251)	(271)
Total	(21.761)	(42.620)	(41.114)

(1) Referem-se principalmente à atualização, pela taxa Selic, dos dividendos devidos ao Banco do Brasil S.A.

11 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Despesas não Operacionais	(1.300)	(1.300)	(1.500)
Prejuízo em ações e cotas	(1.300)	(1.300)	(1.500)
Total	(1.300)	(1.300)	(1.500)

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 109.699 mil, em 31.12.2018 e 31.12.2017, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 100.000.000 de ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O patrimônio líquido de R\$ 131.792 mil (R\$ 131.638 mil em 31.12.2017) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1,32 por ação (R\$ 1,32 em 31.12.2017). O lucro por ação foi calculado dividindo-se o lucro líquido pelo número de ações ordinárias totais.

b) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2018	31.12.2017
Reserva de Capital	1.224	979
Transações com pagamento baseado em ações	1.224	979
Reserva de Lucros	21.939	21.939
Reserva legal	21.939	21.939

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A BB DTVM deixou de constituir reserva legal (5% sobre o lucro líquido) por já ter essa reserva atingido o limite de 20% do capital social, segundo determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Lucro Líquido do Período	593.150	1.150.561	1.033.067
Base de Cálculo	593.150	1.150.561	1.033.067
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	148.288	287.641	258.267
Dividendo adicional	444.862	862.920	774.800
Total Destinado ao Acionista	593.150	1.150.561	1.033.067
Saldo do Lucro Líquido após Destinações	--	--	--

Os dividendos por ação são calculados por lote de mil ações, baseado no lucro líquido semeltralmente para distribuição, dividindo-se o saldo pelo número de ações ordinárias totais.

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM Reconhecidos no Patrimônio Líquido

	2º Semestre/2018		2º Semestre/2017	
	30.06.2018 Saldo	Movimentação	30.06.2017 Saldo	Movimentação
Títulos disponíveis para venda				
Próprios ⁽¹⁾	29	241	270	(7)
Efeitos tributários	(12)	(104)	(116)	2
Total	17	137	154	5

(1) Em 2017 inclui investimentos oriundos de incentivos fiscais sem impactos no Imposto de Renda.

	Exercício/2018		Exercício/2017	
	31.12.2017 Saldo	Movimentação	31.12.2016 Saldo	Movimentação
Títulos disponíveis para venda				
Próprios ⁽¹⁾	--	270	270	(11)
Efeitos tributários	--	(116)	(116)	2
Total	--	154	154	(9)

(1) Em 2017 inclui investimentos oriundos de incentivos fiscais sem impactos no Imposto de Renda.

e) Ações em Tesouraria

Em março de 2018, foram adquiridas 19.073 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2017 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 12.f). Também foram remarcadas 1.197 ações pertencentes ao Programa de Remuneração Variável 2012 para o Programa de 2017. Para esse programa foi realizada a transferência imediata de 4.062 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 5.220 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015. Em abril de 2018, foram transferidas 5.412 ações relativas à 3ª parcela do Programa de 2014 e 2.078 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável de 2016.

Em março de 2017, foram adquiridas 10.397 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2016 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 12.f). Para esse Programa foi realizada a transferência imediata de 2.085 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 4.062 ações relativas à 4ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2012 e 5.220 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015 e, em abril de 2017, foram transferidas 4.907 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2013 e 5.412 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2014.

A empresa detém 38.294 ações (40.900 ações em 31.12.2017) correspondente ao saldo de R\$ 1.224 mil (R\$ 979 mil em 31.12.2017).

f) Pagamento Baseado em Ações

O Programa de Remuneração Variável da BB DTVM foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras. A resolução determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, e que pelo menos 40% da remuneração seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, em função dos riscos e da atividade dos administradores. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações adquiridas	Custo médio de aquisição	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2014	27.063	22,98	21.651	5.412	2019
Subtotal				5.412	
Programa 2015	26.109	19,92	15.669	5.220	2019
Subtotal				5.220	2020
Programa 2016	10.397	32,84	4.163	2.078	2019
Subtotal				2.078	2020
Programa 2017 ⁽¹⁾	20.270	42,65	4.062	2.078	2021
Subtotal				2.078	2021
Total				16.208	2022
				38.294	

(1) As 1.197 ações, adquiridas ao custo médio de R\$ 26,78, que foram marcadas como pertencentes ao Programa RVA 2012, foram destinadas para utilização no Programa RVA 2017.

13 - TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Valores Correntes	(465.029)	(922.895)	(828.797)
IR e CSLL no País	(465.029)	(922.895)	(828.797)
Valores Diferidos	(403)	405	(542)
Ativo Fiscal Diferido	(403)	405	(542)
Diferenças intertemporais	(403)	405	(542)
Total	(465.432)	(922.490)	(829.339)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Resultado antes dos Tributos e Participações	1.059.502	2.075.725	1.864.041
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(476.776)	(934.076)	(838.818)
Outros valores	11.344	11.586	9.479
IR e CSLL do período	(465.432)	(922.490)	(829.339)

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Cofins	(49.146)	(96.685)	(88.012)
ISSQN	(24.967)	(48.211)	(42.204)
PIIS/Pasep	(7.986)	(15.711)	(14.302)
Outras	(150)	(388)	(336)
Total	(82.249)	(160.995)	(144.854)

d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativo	31.12.2017		Exercício/2018		31.12.2018	
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo	Saldo	Saldo
Diferenças Temporárias	7.170	2.349	(1.886)	7.633		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	111	9	(8)	110		
Provisões passivas	2.388	940	(737)	2.591		
Marcação a mercado	--	1.197	(1.139)	58		
Provisão para perdas permanentes - cotas de fundos	4.389	203	--	4.592		
Outras provisões	282	--	--	282		
Total dos Créditos Tributários Ativos	7.170	2.349	(1.886)	7.633		
Imposto de Renda	3.888	1.262	(1.103)	4.047		
Contribuição Social	3.282	957	(659)	3.580		
Cofins	--	112	(107)	5		
Pis/Pasep	--	18	(17)	1		

e) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2018	31.12.2017
Decorrentes de Marcação a Mercado	173	--
Total das obrigações fiscais diferidas	173	--
Imposto de Renda	96	--
Contribuição Social	58	--
Cofins	16	--
PIIS/Pasep	3	--

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, atualizado por ocasião da publicação anual, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação para o período de apuração.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2019	6	5
Em 2020	8	7
Em 2021	751	611
Em 2022	1.313	988
Em 2023	1.548	1.077
Em 2024	1.445	931
Em 2025	1.122	671
Em 2026	735	410
Em 2027	408	212
Em 2028	298	144
Total de créditos tributários em 30.06.2018	7.633	5.057

No Exercício/2018, observou-se a realização de créditos tributários na BB DTVM no montante de R\$ 1.886 mil.

14 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos à Diretoria da BB DTVM no 2º Semestre/2018 e no Exercício/2018 foram de R\$ 2.036 mil e R\$ 4.580 mil, respectivamente (R\$ 2.137 mil no 2º Semestre/2017 e R\$ 4.441 mil no Exercício/2017) e ao Conselho de Administração no 2º Semestre/2018 e no Exercício/2018 foram de R\$ 176 mil e R\$ 269 mil, respectivamente (R\$ 63 mil no 2º Semestre/2017 e R\$ 77 mil no Exercício/2017). Além disso, apesar do reduzido grau de risco a que estão sujeitos, a BB DTVM contrata seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva.

De acordo com a política de remuneração variável da BB DTVM, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 12.f).

A BB DTVM não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 2º Semestre/2018, a BB DTVM realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 2.751 mil e no Exercício/2018 no valor de R\$ 4.296 mil (R\$ 3.785 mil no 2º Semestre/2017 e R\$ 4.324 mil no Exercício/2017).

A BB DTVM realiza, principalmente com seu controlador, o Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações em operações compromissadas. Há, ainda, contratos de prestação de serviços, de garantias prestadas e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2018		
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativos			
Disponibilidades (Nota 4)	1.991	--	1.991
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	1.363.154	--	1.363.154
Taxa de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	1.013	1.013
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽²⁾ (Nota 7.c)	--	12.846	12.846
Passivos			
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 9.a)	593.150	--	593.150
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽³⁾ (Nota 9.d)	12.092	26	12.118
		2º Semestre/2018	
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	34.351	--	34.351
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽⁴⁾ (Nota 10.a)	--	12.674	12.674
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	6.701	6.701
Rendas de taxas de administração de fundos exclusivos - Previ	--	5.337	5.337
Despesas tributárias	(128)	--	(128)
Despesas de pessoal	(49.436)	--	(49.436)
Despesas administrativas diversas	(10.637)	--	(10.637)
Despesas de serviço do sistema financeiro - comissões ⁽³⁾	--	(17)	(17)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(3.289)	--	(3.289)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(10.606)	--	(10.606)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(6.233)	--	(6.233)
Outras despesas operacionais	(237)	--	(237)
		Exercício/2018	
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	59.930	--	59.930
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽⁴⁾ (Nota 10.a)	--	24.190	24.190
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	13.232	13.232
Rendas de taxas de administração de fundos exclusivos - Previ	--	10.198	10.198
Despesas tributárias	(344)	--	(344)
Despesas de pessoal	(94.956)	--	(94.956)
Despesas administrativas diversas	(20.737)	--	(20.737)
Despesas de serviço do sistema financeiro - comissões ⁽³⁾	--	(35)	(35)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(18.537)	--	(18.5

BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ 30.822.936/0001-69

Exercício encerrado em 2018

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas fiscais	244.532	179.022
Demandas cíveis	14.699	14.232
Total	259.231	193.254

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas fiscais	59.253	56.578
Demandas cíveis	159	156
Total	59.412	56.734

e) Obrigações Legais

Em 31.12.2018 e 31.12.2017 não havia registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, Obrigações Legais oriundas de perdas contingentes.

17 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		593.150	1.150.561	1.033.067
Ganho/(Perda) não realizado sobre ativos financeiros disponíveis para venda	12.d	241	270	11
Efeitos tributários	12.d	(104)	(116)	(2)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		593.287	1.150.715	1.033.076

18 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A BB DTVM considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para gestão dos riscos em que está sujeita por força do segmento de negócio em que atua, sendo acompanhados os seguintes riscos:

- a) Risco Operacional;
- b) Risco de Estratégia;
- c) Risco de Reputação;
- d) Segurança da Informação;
- e) Risco de Liquidez;
- f) Risco de Mercado;
- g) Risco de Crédito.

O processo de gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros que compõem a carteira própria é realizado a partir de análise em condições de normalidade e estresse, incluindo acompanhamento de descasamento entre ativo e passivo em relação à exposição em diferentes indexadores e avaliação de impacto no lucro da empresa decorrente de resultado financeiro inferior ao custo de oportunidade.

A exposição aos riscos de mercado e liquidez é gerenciada considerando-se limites, procedimentos e metodologias aprovados no Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI), fórum composto por Diretores.

É utilizado, quando aplicável, a metodologia de *Value-at-Risk* (VaR) para o gerenciamento do risco de mercado da carteira própria, mediante a estimação da perda potencial máxima esperada em determinado horizonte temporal com intervalo de confiança estabelecido.

Nível mínimo de ativos líquidos de alta qualidade, com alto grau de conversão em espécie, é mantido para a cobertura da exposição ao risco de liquidez, além de um Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar, controlar e reportar estado de estresse.

Na BB DTVM, o gerenciamento de riscos da carteira própria é realizado de forma segregada das atividades de negócios e de auditoria interna.

Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela empresa em cada uma de suas dimensões, estando alinhado tanto ao Planejamento Estratégico quanto ao Plano Diretor da companhia. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

As políticas de gestão de riscos são analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa.

Acompanhamentos específicos para os riscos relacionados são realizados em reuniões ordinárias do Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI) e do Conselho de Administração.

b) Gerenciamento de Capital

É de responsabilidade do Controlador o gerenciamento de capital do conglomerado prudencial, no qual a BB DTVM está incluída, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionista da BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BB DTVM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB DTVM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da BB DTVM, cuja apresentação não é requerida para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BB DTVM. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da BB DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do CA, todos independentes e nomeados pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM).

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Programa Destaque em Governança das Estatais (PDGE), Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno.

Os administradores da BB DTVM são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

O Comitê de Riscos e de Capital (Coris) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB DTVM está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o CA e Diretoria da Empresa, auditorias interna e independente, auditoria independente dos fundos de investimento, reuniões internas, e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da BB DTVM.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, gestão de riscos, governança corporativa, segurança, auditoria dos fundos de investimento e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização e controle.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Audit e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

Realizou reuniões periódicas com a Unidade para conhecer as conclusões dos trabalhos, principais preocupações, acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições. Conheceu os trabalhos realizados e acompanhou o cumprimento das recomendações emitidas.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia, por meio de instrumental técnico próprio, sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, avalia, previamente à contratação, a existência de conflitos na prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. manifesta-se, nesta data, favorável quanto ao encaminhamento do Relatório da Administração e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria à Assembleia Geral para deliberação e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, recomenda a aprovação das contas da Diretoria referentes ao exercício de 2018.

Em 21 de fevereiro de 2019.

Márcio Hamilton Ferreira (Presidente)
João Pinto Rabelo Júnior (Vice-Presidente)
Bruno Nunes Sad
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria
Manoel Gimenes Ruy
Nélio Henriques Lima
Priscilla Maria Santana

DIRETORIA

PRESIDENTE

Carlos José da Costa André

DIRETORES

Aroldo Salgado de Medeiros Filho
João Vagner de Moura Silva
Marcelo Marques Pacheco

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Márcio Hamilton Ferreira (Presidente)
João Pinto Rabelo Júnior (Vice-Presidente)
Bruno Nunes Sad
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria
Manoel Gimenes Ruy
Nélio Henriques Lima
Priscilla Maria Santana

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da BB DTVM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a BB DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da BB DTVM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB DTVM.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 21 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-DF

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2



No período, avaliou seu planejamento, resultados dos principais trabalhos realizados, suas conclusões e recomendações, principais assuntos de auditoria (PAA) e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis. Acompanhou o processo licitatório para contratação da empresa de auditoria independente.

VI. Sistema de controles internos (SCI)

O Coaud avalia e monitora a efetividade do sistema de controles internos (SCI).

A avaliação da efetividade do SCI pelo Coaud é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), pela área de controles internos e conformidade da BB DTVM e, também, em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco e em suas próprias análises.

VII. Transações com partes relacionadas

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com as atribuições estabelecidas pela Lei das Estatais e seu Decreto regulamentador.

No período, o Comitê realizou reuniões com as áreas de primeira e de segunda linhas de defesa e com as auditorias interna e independente.

VIII. Exposição de risco

Avaliou e monitorou, em conjunto com o Coris, as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos. No período realizou, conjuntamente com o Coris, reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital, de estratégias e governança.

IX. Demonstrações contábeis

O Coaud examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contábil.

Revisou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, relativos à data-base 31/12/2018.

X. Recomendações do Comitê de Auditoria

O Coaud não vislumbrou necessidade de emitir recomendações no período e não há registro de recomendações pendentes de implementação de períodos anteriores.

XI. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a. o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- b. a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c. a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;
- d. as principais exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração;
- e. as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB DTVM em 31/12/2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2019.

Antônio Carlos Correia
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis – incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício – relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data emitido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 21 de fevereiro de 2019

Daniel de Araújo e Borges (Presidente)
Luiz Fernando Alves
Moisés de Sousa Carvalho Pereira

CONSELHO FISCAL

Daniel de Araújo e Borges (Presidente)
Luiz Fernando Alves
Moisés de Sousa Carvalho Pereira

COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Correia (Coordenador)
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
541.035.920-87